

RUI PAULO COUTINHO
DE MASCARENHAS ATAÍDE

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

INTRODUÇÃO. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.
MODALIDADES. FONTES DAS OBRIGAÇÕES

VOLUME I

.....

2.^A EDIÇÃO

ÍNDICE GERAL

Nota prévia à 2. ^a edição.....	5
Nota prévia à 1. ^a edição.....	7
Plano da obra.....	9
Abreviaturas.....	11
INTRODUÇÃO	13
1. Origem e evolução histórica. Breve nota.....	13
2. O Direito das Obrigações no sistema jurídico	15
3. O objecto do Direito das Obrigações.....	20
Capítulo I — Conceito e estrutura da obrigação	24
4. O conceito legal de obrigação. Figuras afins	25
5. Os elementos constitutivos da obrigação. Sujeitos, objecto e vínculo jurídico	27
5.1. Os sujeitos da obrigação	27
5.2. A prestação como objecto da obrigação.....	28
5.2.1. Requisitos legais da prestação	29
a. Possibilidade física e legal.....	29
b. Licitude	30
c. Determinabilidade.....	31
d. Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes.....	31
5.2.2. Modalidades de prestações (remissão).....	32
5.3. O vínculo jurídico. A relação obrigacional complexa	32
5.3.1. Os deveres de prestação principais e secundários.....	33
5.3.2. Os deveres acessórios de conduta	33
5.3.3. Outras posições jurídicas.....	43

•	
Capítulo II — Características da obrigação	43
6. Generalidades	44
7. O carácter patrimonial	44
8. A mediação ou colaboração devida	45
9. A relatividade	45
10. A autonomia	47
11. A atipicidade	48
Capítulo III — As obrigações e as outras classes de situações jurídicas	49
12. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais; obrigações reais e ónus reais	49
13. Os direitos pessoais de gozo	55
14. Obrigações, direitos familiares e sucessórios	57
Capítulo IV — Modalidades de obrigações	59
15. Modalidades de obrigações quanto ao vínculo. As obrigações naturais	60
16. Modalidades de obrigações quanto aos sujeitos	62
16.1. A indeterminação do credor na relação obrigacional	63
16.2. A relação obrigacional com pluralidade de sujeitos	64
16.3. As obrigações parciárias	64
16.3.1. As prestações divisíveis e indivisíveis	64
16.3.2. Regime de cumprimento das obrigações parciárias	66
16.3.3. As prestações <i>subjectivamente</i> indivisíveis	69
16.4. As obrigações solidárias	75
16.4.1. A extensão da noção de solidariedade	75
16.4.2. O regime das obrigações solidárias	77
16.5. Obrigações com pluralidade de sujeitos. Conclusões	79
17. Modalidades de obrigações quanto ao objecto	81
17.1. Prestações de coisa e prestações de facto	81
17.2. Prestações fungíveis e infungíveis	83
17.3. Prestações instantâneas e duradouras	84
17.4. Prestações de resultado e prestações de meios	87
17.5. Prestações determinadas e indeterminadas	89
17.5.1. Obrigações genéricas	90
17.5.2. Obrigações alternativas e obrigações com faculdade alternativa	92
17.6. Obrigações pecuniárias	94
17.6.1. Obrigações de quantidade	94
17.6.2. Obrigações em moeda específica	95

17.6.3. Obrigações em moeda estrangeira	95
17.7. Obrigações de juros	96
PARTE I	
DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	99
18. Noções gerais sobre fontes das obrigações.....	99
Capítulo I — Contratos	101
19. Noções gerais. Origem e evolução.....	102
20. Contratos e autonomia privada.....	104
Secção I — O controlo do conteúdo dos contratos.....	106
21. As cláusulas contratuais gerais	107
22. Boa-fé e conteúdo dos contratos constituídos por cláusulas contratuais gerais	109
23. As cláusulas contratuais individualizadas. A aplicação do regime das cláusulas contratuais gerais	112
24. O sistema dualista de controlo dos conteúdos negociais	117
Secção II — Modalidades de contratos.....	119
25. Contratos consensuais e formais	119
26. Contratos reais <i>quoad constitutionem</i> e contratos consensuais	120
27. Contratos obrigacionais e reais.....	125
28. A cláusula de reserva de propriedade nos contratos de alienação	130
29. Contratos bivalentes e monovalentes	136
30. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos	137
31. Contratos onerosos e gratuitos	138
32. Contratos comutativos e aleatórios	139
33. Contratos nominados e inominados.....	140
34. Contratos típicos e atípicos	140
35. Contratos mistos.....	141
36. A união de contratos	143
37. Contratos preliminares e contratação mitigada.....	144
Secção III — O Contrato-Promessa.....	145
38. Noção e vantagens práticas. Modalidades.....	146
39. Figuras afins	148
40. O princípio da equiparação.....	149
41. Forma da promessa.....	150
42. Transmissão dos direitos e obrigações emergentes da promessa.....	152
43. Os meios de tutela do contraente fiel	153
43.1. A execução específica.....	153
43.2. O sinal. Noção e funções	158
43.2.1. Sinal, contrato-promessa e antecipação de cumprimento.....	160

43.2.2. O funcionamento do regime do sinal. Articulação com a indenização pelo acréscimo de valor da coisa.....	161
43.3. A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa.....	166
44. A eficácia real do contrato-promessa	170
Secção IV — Pacto de preferência.....	171
45. Noção, relevância prática e caracterização básica	174
46. O âmbito do pacto de preferência.....	176
47. Preferência obrigacional e preferência real	177
48. O pacto de preferência no quadro geral das preferências; valor relativo	179
49. Distinção de figuras afins.....	180
50. Regime do pacto de preferência	181
50.1. Forma	181
50.2. A comunicação para preferência.....	182
50.3. As condutas do titular da preferência. Efeitos da declaração de preferência	189
50.4. Venda conjunta por preço global e promessa de prestação “acessória”	193
51. Intransmissibilidade tendencial.....	195
52. Incumprimento do pacto de preferência.....	195
52.1. Preferência obrigacional.....	195
52.2. Preferência com eficácia real: acção de preferência.....	196
53. Natureza jurídica da obrigação de preferência.....	202
Secção V — Contrato a favor de terceiro	203
54. Noção e aplicações práticas. Figuras afins.....	204
55. Estrutura do contrato a favor de terceiro.....	205
56. O regime normal do contrato a favor de terceiro	207
57. Regimes especiais.....	209
57.1. A promessa de liberação de dívida como falso contrato a favor de terceiro	209
57.2. As promessas em benefício de pessoas indeterminadas ou no interesse público	209
57.3. A promessa a cumprir depois da morte do promissário.....	210
Secção VI — O contrato para pessoa a nomear	211
58. Noção legal e interesse prático da cláusula para pessoa a nomear.....	211
59. Regime. Publicidade e direitos de terceiros	213
60. Natureza jurídica.....	215

Secção VII — As relações contratuais de facto.....	215
61. O pensamento originário. Evolução	216
62. As soluções actuais.....	219
Capítulo II — Negócios unilaterais	221
63. O princípio da tipicidade.....	222
64. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida.....	223
65. Promessa pública	224
66. Concurso público	225
Capítulo III — Gestão de negócios.....	226
67. Origens. Coordenadas fundamentais.....	227
68. Pressupostos da gestão de negócios.....	230
69. Deveres do gestor.....	234
69.1. Dever de agir em conformidade com o interesse e a vontade real ou presumível do dono do negócio.....	234
69.2. Dever de avisar o dono do negócio, logo que lhe seja possível, de que assumiu a gestão	237
69.3. Dever de prestação de contas.....	238
69.4. Dever de informação	239
69.5. Dever de entregar ao titular tudo quanto haja recebido de terceiros no exercício da gestão ou o saldo das respectivas contas com os juros legais....	239
70. Responsabilidade do gestor	240
71. Os direitos do gestor	242
72. Aprovação da gestão	245
73. Relações entre o dono do negócio e terceiros.....	245
74. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria.....	247
Capítulo IV — O Enriquecimento sem causa.....	247
75. Origens. Aplicações práticas do enriquecimento sem causa.....	248
76. Pressupostos da obrigação de restituir o enriquecimento injustificado..	250
76.1. Existência de um enriquecimento	250
76.2. Obtenção desse enriquecimento à custa de outrem.....	252
76.3. Ausência de causa justificativa para esse enriquecimento	253
77. Carácter subsidiário da obrigação de restituir	253
78. Modalidades de enriquecimento.....	255
78.1. Enriquecimento por prestação. Conceito e modalidades típicas ..	255
a. A repetição do indevido.....	256
b. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa..	258
c. Restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido	259

78.2. O enriquecimento por intervenção. Conceito e situações abrangidas	260
78.3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem .	261
a. Enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	261
b. Enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	261
c. A necessidade de tutela do enriquecido contra o enriquecimento forçado	262
78.4. Enriquecimento por desconsideração de património.....	264
79. Objecto da obrigação de restituir o enriquecimento sem causa. Concepção real e concepção patrimonial da medida da restituição.....	265
79.1. Agravamento da obrigação de restituir.....	272
79.2. Obrigação de restituir no caso de alienação gratuita.....	274
80. Prescrição do direito à restituição.....	274
Capítulo V — Responsabilidade civil	275
81. Noções introdutórias.....	278
Secção I — A responsabilidade delitual. Pressupostos.....	279
Subsecção I — O facto voluntário	280
82. Actos; violações directas e indirectas.....	280
83. A responsabilidade por omissões. Os deveres legais e negociais de agir	281
Subsecção II — A Ilicitude.....	285
84. Conceito e Significado. Ilicitude da conduta e do resultado	286
85. Estrutura da ilicitude. Conduta, resultado e nexo de imputação.....	291
85.1. Comportamento contrário à ordem de conduta	291
85.1.1. A conduta dolosa.....	292
85.1.2. Erro e exclusão do dolo	293
85.1.3. A conduta negligente.....	294
85.2. O resultado ilícito	296
85.2.1. Ilicitude por violação de direitos subjectivos e outras situações jurídicas activas	296
a. Direitos de personalidade.....	297
b. Direitos familiares e sucessórios	301
c. Os direitos de propriedade intelectual	304
d. Os direitos reais	305
e. Os direitos de crédito	306
85.2.2. Ilicitude por violação de normas de protecção.....	309
85.2.3. Outras previsões específicas de ilicitude.....	314
85.2.3.1. O abuso de direito	314

85.2.3.2. A ofensa ao crédito ou ao bom nome.....	315
85.2.3.3. A responsabilidade por conselhos, recomendações ou informações	317
86. Causalidade constitutiva de responsabilidade	318
86.1. A teoria da equivalência das condições	319
86.2. A teoria da última condição ou da causa próxima	320
86.3. A teoria da condição eficiente	321
86.4. A teoria da causalidade adequada	321
86.5. A teoria do escopo da norma violada.....	322
86.6. A doutrina da criação ou incremento do risco.....	323
86.7. Orientação perfilhada sobre o nexo causal.....	325
87. As causas de exclusão da ilicitude	328
87.1. Exercício de um direito e cumprimento de um dever	328
87.2. Legítima defesa	329
87.3. Acção directa.....	334
87.4. Estado de necessidade	335
87.5. Consentimento do lesado	336
Subsecção III — A culpa	337
88. Conceito e elementos	337
89. A imputabilidade como pressuposto da culpa e o regime de responsabilidade dos inimputáveis	339
90. Critérios de apreciação da culpa	340
91. Causas de exclusão da culpa	343
91.1. Erro desculpável.....	343
91.2. Medo invencível.....	344
91.3. Desculpabilidade ou inexigibilidade	345
92. Prova da culpa. Presunções.....	345
92.1. Danos causados por incapazes naturais	345
92.2. Danos causados por edifícios ou outras obras	349
92.3. Danos causados por coisas ou animais	351
92.4. Danos resultantes de actividades perigosas	353
Subsecção IV — O dano	355
93. O dano. Noção.....	357
94. Dano em sentido real e em sentido patrimonial.....	357
95. Danos patrimoniais e não patrimoniais. Os danos patrimoniais primários	358
96. Danos emergentes e lucros cessantes.....	361
97. Danos presentes e danos futuros	361
98. O dano da privação de uso	362
99. A perda de oportunidade como dano.....	363

ÍNDICES

•	
100. Danos não patrimoniais	366
101. A indemnização dos danos causados pela morte	370
102. Titularidade do direito à indemnização	374
103. Prescrição do direito à indemnização	376
Subsecção V — O nexa causal entre o facto ilícito e o dano	380
104. Causalidade delimitadora da responsabilidade	380
105. O concurso da culpa do lesado	383
106. A irrelevância dos processos causais virtuais	389
107. Pluralidade de responsáveis. A causalidade alternativa	391
Secção II — A responsabilidade objectiva	397
108. Os fundamentos da responsabilidade pelo risco	399
109. A responsabilidade do comitente	400
110. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	406
111. Danos causados por animais	408
112. Danos causados por veículos de circulação terrestre	409
112.1. Pressupostos da Responsabilidade	409
112.2. O regime de responsabilidade da condução por conta de outrem	412
112.3. Beneficiários da Responsabilidade	416
112.4. Casos de Exclusão da Responsabilidade	416
112.5. A Colisão de Veículos	422
112.6. Pluralidade de Responsáveis pelos Danos. O Sistema Binário de Imputação	423
112.7. Limites da responsabilidade pelo risco	426
112.8. O seguro de responsabilidade civil automóvel. Obrigatoriedade e âmbito de aplicação	427
113. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia e gás. Limites máximos	430
114. Aplicação subsidiária das regras delituais à responsabilidade pelo risco	431
115. A responsabilidade do produtor	432
115.1. A Directiva (UE) 2024/2853 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Outubro de 2024	436
116. Responsabilidade pelo sacrifício	439
Secção III — O Dever de Indemnizar	440
117. Razões de uma remissão	440
BIBLIOGRAFIA GERAL	443
ÍNDICES	455
Índice de Jurisprudência	457
Índice Geral	465



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt